

SOBRE AS EXPRESSÕES *VITA ACTIVA* E *VITA CONTEMPLATIVA* NO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT.

Fabírcia de Castro Abreu*

Resumo: O presente artigo irá apresentar, brevemente, o pensamento político de Hannah Arendt (1906 - 1975) e tem como objetivo apontar para o significado das expressões *vita activa* e *vita contemplativa* dentro da filosofia arendtiana. Para tanto, utilizaremos como ponto de partida para a exposição deste artigo o livro *A Condição Humana* (2009) e, posteriormente, a conferência *Trabalho, obra e ação* (2006). Arendt admite que há dois modos de vida distintos que são encontrados na tradição do pensamento. A partir disso, a pensadora analisa como esses modos de vida foram concebidos e como se deram as relações entre eles desde a tradição do pensamento filosófico e religioso até o limiar da era moderna, ressaltando a troca de fundamentação da ação política, onde a necessidade passou a ocupar o lugar da liberdade.

Palavras-chave: Arendt, *vita activa*, *vita contemplativa*, tradição, política.

About the expressions Vita Activa and Vita Contemplative in the political thought of Hannah Arendt.

Abstract: This article will briefly presenting the political thought of Hannah Arendt (1906 - 1975) and aims to point to the significance of the expressions *vita activa* and *vita contemplative* within the philosophy Arendt. For this, we will use as a starting point for the exhibition of this article the book *The Human Condition* (2009) and later the conference *Labor, work and action* (2006). Arendt admits that there are two distinct ways of life that are found in the tradition of thought. From this, the thinker examines how these lifestyles are designed and how they gave the relationships between them from the tradition of philosophical and religious thought to the threshold of the modern era, emphasizing the exchange of reasons of political action where the need has to take the place of freedom.

Keywords: Arendt, *vita activa*, *vita contemplative*, tradition, politics.

* Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará.

Iniciaremos a nossa exposição sobre o significado dessas duas expressões no pensamento de Arendt, a partir do livro *A Condição Humana* (2009) e, posteriormente, da conferência *Trabalho, obra, ação* (2006). Ressaltamos a análise da política da modernidade que Arendt apresenta, donde aponta uma substituição da liberdade pela necessidade nas relações políticas. Além disso, a autora analisa ao longo da tradição do pensamento filosófico a primazia da *vita contemplativa* sobre a *vita activa*.

Ao partir da pergunta “O que estamos fazendo quando estamos ativos?” Arendt admite dois modos de vida distintos que são encontrados na tradição do pensamento filosófico e religioso até o limiar da era moderna: a *vita activa* e a *vita contemplativa*.

Em *A Condição Humana* (2009), Arendt designa com a expressão *vita activa*, três atividades humanas essenciais : *labor, work, action**. Cada uma dessas atividades corresponde a uma das condições básicas nas quais a vida foi dada ao homem na Terra. *Labor* corresponde ao processo biológico do corpo humano e tem como condição humana a própria vida. *Work* corresponde ao artificialismo da existência humana, produz um mundo artificial de coisas, distintamente diferente de qualquer ambiente natural, e tem como condição humana a mundanidade. A ação é correspondente à condição humana da pluralidade, não é mediada pelas coisas para colocar os homens em contato uns com os outros. Todas as atividades da *vita activa* possuem alguma relação com a política, no entanto a pluralidade é a condição de toda vida política. A pluralidade liga-se ao fato de que são os homens, e não o homem, que habitam a Terra.

Todas essas três atividades, com suas respectivas condições, se ligam intimamente com as condições mais gerais da existência humana, a saber: o nascimento e a morte, a

* Utilizaremos neste artigo as expressões *labor, work* e *action*, tal qual foram escritas em inglês na primeira publicação da obra *The Human Condition* (1958), de Arendt. Adotaremos essa postura com a finalidade de driblar qualquer confusão que possa vir a acontecer mediante as duas traduções das palavras *labor* e *work*, presentes nas edições do livro *The Human Condition* para o português. Ora temos *labor* traduzido como labor, ora como trabalho. O mesmo acontece com *work* que é traduzido ora como trabalho, ora como obra. No entanto chamamos a atenção para a tradução de Adriano Correia, sob a revisão de Thereza Calvet, sobre o texto *Trabalho, obra e ação*, de autoria de Arendt, presente no livro *Hannah Arendt e a Condição Humana*, à página 341. Os tradutores apontam que a tradução mais indicada para os termos *labor, work* e *action*, seria, respectivamente, trabalho, obra e ação, e afirmam que optaram por essa tradução seguindo as próprias indicações de Arendt tanto no próprio texto traduzido quanto em notas a obra *A Condição Humana*. Na seção “The labour of four body and the work of four hands.” (Nota 3, à p. 80 (cf. trad. Bras.)), Arendt afirma: “Assim, a língua grega distingue entre *ponain* e *ergazesthai*, o latim entre *laborare* e *facere* ou *fabricare*, que têm a mesma raiz etimológica, o francês entre *travailler* e *ouvrer*, o alemão entre *arbeiten* e *werken*. Em todos estes casos, apenas os equivalentes de ‘labor’ têm uma conotação inequívoca de dores e penas. O alemão *Arbeit* se aplicava originalmente apenas ao trabalho agrícola executado por servos e não à obra do artesã, que era chamada de *Werk*. O francês *travailler* substituiu o mais antigo *labourer* e deriva de *tripalium*, uma espécie de tortura (ver Grimm, *Wörterbuch*, p. 1854ss., e Lucien Fèbre, ‘Travail: évolution d’un mot ET d’une idée’, *Journal de psychologie normale ET pathologique*, vol. XLI, nº 1, 1948)”. Cf. Hannah ARENDT, *The human condition* (HC), p. 79-84 (cf. p. 90-95).

natalidade e a mortalidade. A ação, que tem como empenho fundar e preservar corpos políticos e tem sua raiz na natalidade, é a responsável por criar a condição para a história. *Labor e work* também possuem suas raízes na natalidade, pois realizam a tarefa de produzir e preservar o mundo para os recém-chegados que vêm ao nosso mundo na qualidade de estranhos. É válido destacar que a ação representa a atividade que se relaciona mais intimamente com a natalidade, tendo em vista que o novo começo que se faz inerente a cada nascimento tem a possibilidade de se fazer sentir no mundo apenas porque o recém-chegado possui a capacidade de agir, de iniciar algo novo. Além disso, Arendt destaca que por a ação ser a atividade política por excelência, cabe somente à natalidade constituir a categoria central do pensamento político, contrapondo-se assim ao pensamento metafísico.

A autora ressalta que o mundo em que se transcorre a *vita activa* é constituído por coisas produzidas pelas atividades humanas, no entanto, constantemente, essas coisas, nas quais só existem por causa do homens, também os condicionam, tendo em vista que tudo aquilo com que os homens entram em contato torna-se, por imediato, uma condição de sua existência. Nesse sentido, aponta que além e a partir das condições nas quais a vida é dada aos homens, eles criam as suas próprias condições, que possuem a mesma força condicionante das coisas naturais, considerando a variabilidade e a origem humana. Para autora “Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é introduzido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana.” (2009, p.17), assim, a objetividade do mundo e a condição humana são complementares uma a outra, e por ser uma existência condicionada, não seria possível a existência humana sem as coisas, e se as coisas não fossem condicionantes da existência humana, elas não passariam de “um amontoado de artigos incoerentes”.

Com a finalidade de prevenir erros de interpretação, Arendt faz uma distinção entre a condição humana e a natureza humana, afirmando que uma não possui relação de identidade com a outra e que a soma das capacidades humanas correspondentes à condição humana não constitui nada que possa se assemelhar à natureza humana. A respeito desta, afirma que é improvável que sejamos capazes de defini-la e determiná-la, além de que nada nos assegura a conjecturar que o homem tenha alguma essência ou natureza da mesma forma que as demais coisas possuem. Afirma ainda que se temos uma natureza só cabe a um deus conhecê-la e defini-la, visto que nossas formas de cognição nas quais aplicamos às coisas dotadas de qualidades naturais e a nós mesmos, por sermos da espécie da vida orgânica que possui o mais alto desenvolvimento, não nos vale de nada ao perguntarmos “quem somos nós?”. É a partir disso que, ao tentar definir a natureza humana, caímos sempre na construção de alguma ideia

de deidade. E assim, por essas tentativas de buscar definir a natureza humana levarem a uma ideia “sobre-humana”, que podemos suspeitar do próprio conceito de “natureza-humana”.

Já as condições da existência humana, também não nos asseguram a explicação de o que somos nós ou a resposta pela pergunta sobre o que somos, pelo fato de não nos condicionarem efetivamente de modo absoluto, isso devido ao fato de que embora vivamos sob condições terrenas, não somos meramente criaturas terrenas, visto termos a possibilidade de viver em condições distintas das quais vivemos na terra.

Dadas as informações mais gerais sobre o que representa a *vita activa*, a autora busca explicitar o significado da expressão e de como ela foi concebida ao longo da tradição filosófica. Ressalta que é uma expressão perpassada e sobrecarregada de tradição. Faz referência ao *bios politikos* de Aristóteles e a *vita negotiosa* ou *actuosa* em Agostinho, na qual reflete seu significado original, que seria uma vida dedicada aos assuntos políticos e públicos.

Arendt (2009) afirma que a distinção de Aristóteles sobre os três modos de vida (*bioi*), dos quais o homem poderia escolher sem depender das necessidades da vida e das relações que dela decorrem, implicam numa eliminação de qualquer modo de vida que fosse baseado exclusivamente à sobrevivência do indivíduo, não somente o *labor*, mas também o *work*, ou seja, excluía aqueles que, voluntariamente ou involuntariamente, permanentemente ou temporariamente, não dispunham de liberdade dos seus movimentos e de suas ações, tendo em vista que por servirem e produzirem somente o que era necessário e útil, não poderiam ser livres e independentes das necessidades e das privações do homem. Os três modos de vida que Aristóteles distingue são: a vida que é voltada para os prazeres do corpo, onde o belo é consumido como é dado; a vida que é dedicada aos assuntos relativos à pólis, onde a excelência produz belos feitos; e a vida do filósofo, que é dedicada à contemplação e à investigação das coisas que são eternas, que possui uma beleza que não pode ser causada pela interferência produtiva do homem, muito menos alterada através do consumo humano. Ambos os três modos de vida apresentam um aspecto comum: se ocupam do belo, de coisas que não são necessárias nem meramente úteis.

A autora ressalta que os gregos ou Aristóteles não ignoravam que a vida humana exigisse alguma forma de organização política e que o governo dos súditos fosse capaz de constituir um modo de vida distinto, no entanto, o modo de vida do déspota, por se constituir como uma necessidade, não poderia ser considerado livre e não teria nenhuma relação com o *bios politikos*.

Arendt (2009) aponta que a expressão *vita activa* começou a perder seu significado especificamente político com o desaparecimento da pólis. Após isso a expressão passou a ser

relacionada com todo e qualquer engajamento ativo nas coisas do mundo. Destaca que este fato não indica que *labor* e *work* fossem tão dignos quanto a vida política ou que houvessem subido na hierarquia das atividades humanas. No entanto, a ação começou a ser concebida como um das necessidades da vida terrena, de tal forma que a contemplação (*bios theoretikos*, *vita contemplativa*) passou a ser o único modo de vida livre, tendo em vista que a tarefa do corpo político passou a ser a propiciar todo o que fosse necessário à vida.

Esta superioridade da contemplação em relação a qualquer tipo de atividade, não tem suas origens no pensamento cristão, mas sim na Antiguidade, mais especificamente na filosofia platônica, onde a reorganização utópica da vida na pólis é dirigida pelo discernimento do filósofo e tem a função de tornar possível o modo de vida do filósofo. Arendt aponta que até mesmo a distinção aristotélica dos modos de vida inspira-se no ideal da contemplação, ou *theoria*. Reforçando a ideia de que a concepção da contemplação como atividade superior teve sua origem na antiguidade, destaca:

À antiga liberdade em relação às necessidades da vida e à compulsão alheia, os filósofos acrescentaram a liberdade e a cessação de toda atividade política (*skhole*)*, de sorte que a posterior pretensão dos cristãos – de serem livres de envolvimento em assuntos mundanos, livres de todas as coisas terrenas – foi precedida pela *apolitia* filosófica da última fase da antiguidade, e dela se originou. (ARENDR, 2009, p. 23).

Em *Trabalho, obra e ação* (2006), Arendt reforça que a expressão *vita activa* foi descrita pelos filósofos, que seguiam o modo contemplativo de vida, assim a expressão foi definida pela visão da contemplação e em comparação com o caráter da absoluta quietude do modo de vida do filósofo, todos os tipos de atividades humanas se assemelhavam, visto que tinham como característica a “in-quietude”, pela *a-skolia* ou pelo *nec-otium*, ou seja pela ausência das condições que possibilitava, a contemplação.

Em *A Condição Humana* (2009), aponta que ao longo da tradição, e até o início da era moderna, a conotação negativa de in-quietude da *vita activa* não foi perdida, permanecendo ligada à distinção grega, “entre as coisas que são por si o que são e as coisas que devem ao homem sua existência”. Em relação ao primado da contemplação sobre a atividade, ressalta:

baseia-se na convicção de que nenhum trabalho de mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o *kosmos* físico, que revolve em torno de si mesmo, em imutável eternidade, sem qualquer interferência ou assistência externa, seja humana ou divina. (ARENDR, 2009, p. 24)

A respeito da eternidade acima citada, indica que ela revela-se apenas a “olhos mortais” quando as atividades e movimentos humanos se encontram em repouso. Mediante a

* Em nota, Arendt (2009) esclarece que *skhole*, palavra grega, assim como *otium*, palavra latina, significa a isenção de atividade política e não simplesmente lazer, muito embora ambas as palavras possam também ser usadas para indicação da isenção do labor e das necessidades da vida.

esse aspecto da quietude, necessária à *vita contemplativa*, a autora afirma que todas as manifestações e diferenças presentes na *vita activa* desaparecem.

O que Arendt busca mostrar com essas explicações é que, tradicionalmente a *vita activa* teve seu significado derivado da *vita contemplativa*, e que se a ela foi atribuída uma dignidade limitada, deve-se ao fato de que servia as necessidades e as carências em um corpo vivo. A autora destaca que o rebaixamento da *vita activa* à sua posição subalterna e secundária, posição esta sancionada pelo Cristianismo, foi assim determinada e coincidente com a descoberta da contemplação, ou *theoria*, como faculdade humana que se acentua de forma diversa do pensamento e do raciocínio, na escola socrática. Este posicionamento orientou o pensamento metafísico e político de toda a tradição filosófica. Arendt aponta que concebe a expressão *vita activa* em conflito com a tradição por que duvida da ordem hierárquica que a ela foi atribuída, não duvidando da validade da experiência que distingue os dois modos de vida.

Desta maneira, o que afirma simplesmente é que o valor da contemplação presente na hierarquia tradicional constituiu um ponto forte para o obscurecimento das diferenças e manifestações no âmbito da *vita activa*, e que esta condição não foi alterada pelo rompimento com a tradição, ocorrido na modernidade, nem pela inversão da ordem hierárquica em Marx e Nietzsche. Por fim, destaca que o uso que dá a expressão *vita activa* pressupõe que a preocupação que subjaz a todas às suas atividades não corresponde com a mesma preocupação que se põe como central na *vita contemplativa*, assim como não a classifica como superior nem como inferior.

Como maneira mais fácil de realizar a diferenciação entre os dois modos de vida, *activa* e *contemplativa*, a autora utiliza dois princípios, a seu ver, diferentes e conflitantes: a imortalidade e a eternidade. Afirma que imortalidade tem por significado a continuidade no tempo, onde há vida sem morte nesta terra e neste mundo, da maneira na qual foi dada aos deuses do Olimpo e à natureza, na concepção grega. Em contraposição à vida perpétua da natureza e à vida divina, que constituíam um universo imortal, encontravam-se os homens mortais. Diante disso, num contexto em que a natureza imortal e os deuses imortais circundavam as vidas de cada homem mortal, a mortalidade passou a ser o emblema da existência humana. A mortalidade do homem dá-se por conta de que cada vida individual, constituída por uma história vital identificável do nascimento a morte, é advinda da vida biológica, sendo que a vida individual difere-se de todas as outras coisas por que é inserida em um curso retilíneo de seu movimento que intercepta o movimento circular da vida

biológica. Arendt define que mortalidade é “mover-se ao longo de uma linha reta num universo em que tudo o que se move o faz num sentido cíclico”. (2009, p. 27).

A respeito da tarefa e grandeza potencial dos mortais, afirma que estão relacionadas com a capacidade de produzir coisas, através de obras, feitos e palavras, que os insere no campo da imortalidade. E mediante a capacidade de poder realizar feitos imortais, os homens, alcançam o seu tipo de imortalidade, demonstrando assim sua natureza divina. Assim, a imortalidade liga-se às condições do homem que se relacionam a obras, feitos e palavras.

Já a eternidade, relaciona-se ao centro do pensamento metafísico. Arendt ressalta que não cabe a preocupação em saber se foi Sócrates ou Platão quem descobriu a relação entre o eterno e o pensamento metafísico, embora Sócrates seja mais apontado, visto que ao adotar a postura de não dar forma escrita aos seus pensamentos, teria seu foco na eternidade, considerando que se escrevesse estaria produzindo um feito que o tornaria, por assim dizer, imortal. No entanto, o que Arendt classifica como certo é o fato de que somente em Platão há a preocupação com o eterno e a vida do filósofo em contraposição com a luta pela imortalidade, própria do modo de vida do cidadão, a saber, o *bio politikos*.

Essa contraposição é dada a partir de que a experiência do filósofo com o eterno só é possível de ser realizada fora do âmbito dos assuntos humanos, logo, fora da pluralidade dos homens. Um exemplo clássico dessa concepção encontra-se, segundo Arendt, na parábola da Caverna, na famosa obra “República”, de Platão. Para Arendt (2009), o homem ao sair da caverna, deixa o convívio com seus semelhantes, condição de pluralidade, e passa a ter a mais perfeita condição de “singularidade”, pois não está nem acompanhado, nem em convívio com os outros. Partindo do pressuposto político de que morrer é deixar de estar entre os homens, a experiência com o eterno, indica Arendt, é uma experiência de morte, e o que a distancia da morte real, é que não é final, visto que nenhum homem pode suportar a experiência da contemplação por um grande período de tempo. Todavia, o fator decisivo reside em que a experiência do eterno não se relaciona com qualquer tipo de atividade, tampouco pode ser convertida em uma, pois para a autora, “até mesmo a atividade do pensamento, que ocorre dentro de uma pessoa através de palavras, é obviamente não apenas inadequada para propiciar tal experiência, mas interromperia e poria a perder a própria experiência”. (2009, p. 29).

A autora indica assim que, a *theoria*, ou contemplação, é o que corresponde à experiência do eterno, que se contrapõem às demais atitudes que poderiam, no máximo, ser relacionadas com a imortalidade. A respeito da descoberta do eterno pelos filósofos, destaca que tenha sido favorecida pela dúvida em relação às possibilidades que a pólis os oferecia referente à imortalidade e à permanência. Ademais, a autora indica que “a posterior vitória da

preocupação com a eternidade sobre todos os tipos de aspiração à imortalidade não se deu ao pensamento filosófico.” (2009, p. 30). Nesse sentido, Arendt indica que a queda do Império Romano e a promoção do evangelho cristão, foram marcantes para que se tornasse desnecessária qualquer busca de imortalidade terrena, considerando que aquela demonstrou que através das obras os homens não poderiam mais ter feitos que os levassem a imortalidade, e esta por pregar uma vida individual eterna. Além disso, a autora indica que esses foram os fatores que conseguiram efetivamente transformar a *vita activa* e o *bios politikos* atrelados à contemplação, de tal maneira que nem a ascendência do secular na era moderna, nem a inversão da hierarquia tradicional entre ação e contemplação constituíram meios suficientes “para fazer sair do oblvio a procura da imortalidade que, originalmente, fora a fonte e o centro da *vita activa*.” (2009, p. 30).

Podemos destacar que a análise que Arendt faz sobre os termos *vita activa* e *vita contemplativa*, apresenta grande relevância para o entendimento, da autora, de como aquela passou a ser concebida como subalterna a esta. Um dos grandes fatores que levaram a essa subordinação foi a decadência da pólis grega, que implicou numa tentativa de reorganização política por parte dos filósofos onde o discernimento, ou saber, deles era o fator necessário para governar a cidade, além de que através do modelo proposto por eles se fazia efetivar, sem perturbações como o conflito de Sócrates com a pólis, o modo de vida do filósofo, a *vita contemplativa*, donde então, essa classificação passou a ter uma grandiosa influência para o pensamento político posterior. A autora também destaca que a queda do Império Romano juntamente com a promoção do evangelho cristão levou a ruptura da condição da imortalidade alcançada através de obras, feitos e palavras, já que em ambos a condição da busca pela eternidade se fez presente por estarem relacionadas diretamente a ascensão e afirmação da *vita contemplativa*. Na era moderna, principalmente na política moderna, Arendt aponta para a troca da liberdade pela necessidade como fundamentação da ação política.

Diante desses fatores que levaram ao entendimento da *vita contemplativa* como superior a *vita activa*, a liberdade, que tem como domínio de experiência a ação e constitui a razão de ser da política, também teve seu significado político decaído, passou a ser concebida a partir da interioridade humana e a necessidade ocupou maior destaque na política da era moderna.

BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. (1958). Tradução de Roberto Raposo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARENDR, Hannah. *Trabalho, obra e ação*. In *Hannah Arendt e a condição humana*. Adriano Correia (Org.). Salvador: Quarteto, 2006.